

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



## RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CLIMÁTICOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

### Autor(es)

Thiago Luiz Sartori

Brunna Tertulina Da Costa

Bárbara Grazielle Ferreira Da Silva

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

UNINOVE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

### Introdução

As mudanças climáticas estão cada vez mais perceptíveis, afetando o estilo de vida de nós seres humanos , um dos maiores prejudicados pelas mudanças repentinas climáticas, causando diversos problemas de saúde devido ao calor excessivo , e ao frio extremo, não há mais um meio termo , está tudo em excesso. As mudanças climáticas , impactam diretamente na saúde das pessoas, e claro que é de responsabilidade civil coletiva , daqueles que vem causando poluição ao meio ambiente através da emissão de gases de efeito estufa. Além disso o aumento significativo das temperaturas , tem causado também grande impacto nas plantações e na agropecuária , gerando cada vez mais impactos irreversíveis.

Dessa forma é necessário avaliar os danos e impor medidas jurídicas impondo limites as emissões de gases de efeito estufa por empresas , industrias. É necessário utilizar ferramentas de responsabilização para essas empresas caso ultrapassem esses limites estabelecidos.

### Objetivo

Este trabalho tem como objetivo a análise de riscos ambientais devido as mudanças climáticas, além de mostrar a responsabilidade civil daqueles eminentes causadores de poluição, através dos gases de efeito estufa , também temos como objetivo mostrar meios de prevenções e medidas judiciais, tendo em vista que há na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

### Material e Métodos

O estudo referente ao tema , utilizou como metodologia a junção de diversos artigos que abordam o tema, foi utilizado também buscas no google acadêmico para maior entendimento do que de fato estávamos abordando no tema , também foi utilizado uma breve pesquisa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, houve também uma pesquisa no site da assembleia legislativa para consulta de leis a respeito do tema.

### Resultados e Discussão

Por fim , ações para combater as mudanças climáticas , reduzir os lixos , isso pode ser feito por todos os civis , redução de gases que poluem a atmosfera , essa medida cabe as industrias e empresas, preservar áreas verdes e

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



incentivar a economia local. Alguns desafios da responsabilidade civil por danos climáticos são: A necessidade de repensar as políticas de prevenção e proteção ambiental, necessidade de repensar a forma como o Estado responde aos desastres,

A dificuldade de estabelecer o nexo causal entre as atividades humanas e os danos causados pelo clima. Já em contrapartida as perspectivas são: A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, não é preciso provar dolo ou culpa para que o causador do dano seja obrigado a reparar. A responsabilidade por danos ambientais tem aspectos penal, administrativo e civil. A responsabilidade dos estados está vinculada a princípios jurídicos reconhecidos no direito internacional.

## Conclusão

Por fim, podemos concluir que de fato a responsabilidade civil é um conjunto que não só responsabiliza as empresas, indústrias, mas também todos nós cívicos que podemos contribuir da nossa forma para ajudar o meio ambiente a não entrar em colapso total, a Lei 13.798/2009 e a Lei 14.904/2024 abordam a responsabilidade civil por danos climáticos.

## Referências

Lei 13.798/2009

- Estabelece o compromisso do Estado com as mudanças climáticas globais
- Determina que o causador do impacto ambiental deve arcar com o custo do dano
- Define princípios como a precaução, a prevenção e o poluidor-pagador
- Estabelece que a sociedade civil deve participar de processos consultivos e deliberativos

Lei 14.904/2024

- Define diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima
- Altera a Lei 12.114/2009
- Complementa a Lei 12.187/2009, que estabeleceu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).